

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****FOLHA LÍDER**

INTERESSADO	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
LOCALIDADE	SÃO PAULO
ASSUNTO	PROCURADORIA - CONSULTAS E RESPOSTAS
COMPLEMENTO DO ASSUNTO	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LC 724/93 E DA LC 1270/15
DATA	18/04/2017
	<div>18999-295692/2017</div> <div>volume: 0001</div>

Protocolado por: JOSE RENATO FERREIRA PIRES



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DO PROCURADOR GERAL

São Paulo, abril de 2017.

Senhores Conselheiros :

Tenho a honra de submeter à apreciação desse Colegiado a inclusa proposta de alteração da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993, e da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo), em relação a três aspectos que podem ser assim sintetizados: (i) alteração da base de cálculo da Gratificação de Atividade Especial - GAE; (ii) aprimoramento da organização institucional, visando à melhor estruturação do Conselho da Procuradoria Geral do Estado; e (iii) alteração do sistema de promoção da carreira de Procurador do Estado.

O artigo 1º da minuta de anteprojeto de lei complementar tem a finalidade de alterar a base de cálculo da Gratificação por Atividade Especial – GAE paga aos integrantes da carreira de Procurador do Estado que estiverem no exercício de atividades próprias do cargo, em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço.

Atualmente, referida vantagem pecuniária incide apenas sobre o valor de referência e valor do Regime de Advocacia Pública – RAP do Procurador do Estado Nível V.

A proposta busca retribuir adequadamente o trabalho especial desenvolvido pelos Procuradores do Estado fazendo com que a referida gratificação passe a incidir também sobre os honorários advocatícios, previstos no artigo 55 da Lei Complementar nº 93, de 28 de maio de 1974, alcançando, assim, a totalidade dos vencimentos do Procurador do Estado Nível I, em simetria com a



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

fórmula adotada pela Defensoria Pública do Estado para pagamento de gratificação com finalidade similar.

Há previsão expressa de que tal modificação passe a vigorar a partir de novembro do corrente exercício (artigo 5º da minuta)

A proposição cuida, também, de aperfeiçoar a composição do Conselho da Procuradoria Geral do Estado.

Mantendo-se a representação de sua porção eleita, propõe-se a ampliação da representação dos membros natos, que passará a contar com o Coordenador Geral de Administração (artigos 64 a 66 da LC 1270/15) e com o Ouvidor Geral (artigo 69 da LC 1270/15), os quais serão substituídos em suas ausências por um de seus assistentes e por um dos Procuradores do Estado Subouvidores indicado pelo titular da função como suplente, respectivamente. É o que prevê os artigos 2º e 3º da minuta.

Enquanto não for instalada a Coordenadoria de Administração, o respectivo assento no Conselho da Procuradoria Geral do Estado será ocupado pelo Procurador do Estado Chefe de Gabinete, que será substituído, em suas faltas e impedimentos, por um dos Procuradores do Estado Assessores Chefe das Assessorias que integram o Gabinete do Procurador Geral (artigo 1º das Disposições Transitórias da minuta).

Órgão superior da Instituição, o Conselho teve bastante ampliadas suas atribuições com o advento da atual Lei Orgânica da PGE. Sua composição também foi alterada, passando a nele tomar assento o Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos.

A modificação consolida, portanto, processo iniciado em 2015 e que tem se revelado extremamente positivo para a Instituição. A integração ao órgão colegiado de ocupantes de cargos ou funções administrativas de especial relevância, além de assegurar composição paritária de membros natos e eleitos, qualifica os debates e permite que a tomada de decisões seja baseada em visão mais abrangente das questões institucionais.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Vale registrar que, em 17 (dezessete) Unidades da Federação, a maioria do Conselho é composta por Conselheiros natos; em 03 (três) Estados, há paridade entre natos e eleitos; e, em apenas 07 (sete) Unidades (praticamente 25%), a maioria é de eleitos, conforme pode se depreender do estudo que acompanha a presente proposta.

Finalmente, a proposta cuida ainda, em seu artigo 4º, de promover alteração em relação ao sistema de promoção na carreira de Procurador do Estado, a fim de que a evolução funcional dos integrantes do nível I para o nível II ocorra automaticamente a partir do dia subsequente ao da conclusão do período do estágio probatório.

Mantida a sistemática de promoção instituída em 2008, a pontual inovação visa imprimir maior dinamismo e equidade à progressão funcional e já é adotada para ascensão da maioria dos funcionários das carreiras da Administração Pública Estadual.

De acordo com a proposição ora apresentada, os Procuradores do Estado nível I que, na data da publicação da lei complementar, tenham sido confirmados na carreira, serão imediatamente promovidos para o nível II (artigo 2º das Disposições Transitórias).

Expostas as linhas gerais da presente proposição, nos termos do artigo 15, inciso XVIII, da Lei Complementar estadual nº 1.270/2015, submeto o assunto ao exame e manifestação de Vossas Excelências.


ELIVAL DA SILVA RAMOS
Procurador Geral do Estado
Presidente do Conselho da PGE



GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Lei Complementar nº , de de de 201

Altera as Leis Complementares nº 724, de 15 de julho de 1993, que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado e dá providências correlatas, e nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 - Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - O “caput do artigo 7º da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 7º - O Procurador do Estado que estiver no exercício de atividades próprias do cargo, em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço, fará jus à Gratificação de Atividade Especial - GAE, correspondente a 15% (quinze por cento), 10% (dez por cento) ou 5% (cinco por cento) dos vencimentos do Procurador do Estado Nível I.” (NR)

Artigo 2º - O artigo 11 da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 11 - O Conselho da Procuradoria Geral do Estado será integrado pelo Procurador Geral, que o presidirá, pelo Corregedor Geral, pelos Subprocuradores Gerais, pelo Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos, pelo Coordenador Geral de Administração e pelo Ouvidor Geral, na condição de membros natos, e por 8 (oito) membros eleitos entre Procuradores do Estado em atividade, sendo 1 (um) representante para cada nível da carreira e mais 1 (um) representante para cada área de atuação. ” (NR)



GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º - Ficam acrescentados ao artigo 14 da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, os incisos VI e VII com a seguinte redação:

“Artigo 14 -

.....

VI – o Coordenador Geral de Administração, por um de seus Assistentes;

VII – o Ouvidor Geral, por um dos Procuradores do Estado Subouvidores por ele indicado como seu suplente.” (NR)

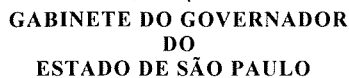
Artigo 4º - Fica acrescentado ao artigo 91 da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, o §2º com a seguinte redação renumerando-se o atual parágrafo único como §1º:

“Artigo 91 -

.....

§2º - O Procurador do Estado confirmado na carreira será promovido para o nível II a partir do dia subsequente ao da conclusão do período do estágio probatório.” (NR)

Artigo 5º - Esta lei complementar e suas disposições transitórias entram em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao artigo 1º da parte normativa que entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2017.



Artigo 1º – Enquanto não for instalada a Coordenadoria de Administração de que trata o inciso V do artigo 5º desta lei complementar, o respectivo assento no Conselho da Procuradoria Geral do Estado será ocupado pelo Procurador do Estado Chefe de Gabinete, que será substituído, em suas faltas e impedimentos, por um dos Procuradores do Estado Assessores Chefe das Assessorias que integram o Gabinete do Procurador Geral.

Artigo 2º – Os Procuradores do Estado nível I que, na data da publicação desta lei complementar, tenham sido confirmados na carreira, serão imediatamente promovidos para o nível II.

Palácio dos Bandeirantes, aos de

de 201 .

Geraldo Alckmin

Lei Complementar nº 724, de 25 de agosto de 2015.

Dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado e dá providências correlatas.

(...)

Artigo 7º - O Procurador do Estado que estiver no exercício de atividades próprias do cargo, em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço, fará jus à Gratificação de Atividade Especial – GAE, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), 20% (vinte por cento) e 15% (quinze por cento) da soma do valor da referência e do valor do Regime de Advocacia Pública – RAP do Procurador do Estado Nível V. *(redação dada pela Lei Complementar estadual nº 1.113, de 2010)*

(...)

Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015.

Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

(...)

Artigo 11 - O Conselho da Procuradoria Geral do Estado será integrado pelo Procurador Geral, que o presidirá, pelo Corregedor Geral, pelos Subprocuradores Gerais, pelo Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos, na condição de membros natos, e por 8 (oito) membros eleitos entre Procuradores do Estado em atividade, sendo 1 (um) representante para cada nível da carreira e mais 1 (um) representante para cada área de atuação.

(...)

Artigo 14 - Os membros do Conselho serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, da seguinte forma:

I - o Procurador Geral, pelo Procurador Geral Adjunto;

II - o Procurador do Estado Corregedor Geral, pelo Procurador do Estado Corregedor Geral Adjunto;

III - os Subprocuradores Gerais, pelos Subprocuradores Gerais Adjuntos;

IV - o Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos, por um de seus Assistentes;

V - os Conselheiros eleitos, pelos respectivos suplentes.

(...)

Artigo 91 - A verificação do cumprimento dos re-quisitos de que trata o artigo 90 desta lei complementar será feita pela Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, que remeterá ao Conselho, até 120 (cento e vinte) dias antes do término do estágio, relatório circunstanciado sobre a conduta e o desempenho profissional do Procurador do Estado, concluindo, fundamentadamente, sobre sua confirmação ou exoneração.

Parágrafo único - O Conselho abrirá o prazo de 10 (dez) dias para defesa do interessado, caso o parecer da Corregedoria seja pela exoneração, e decidirá pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

(...)

RESUMO :

PERIODICIDADE	Só quando convocado pelo PGE	MA / PA / TO	3
	Trimestral	PE	1
	Bimestral	DF / RO / SC	3
	Mensal	AC / AL / AP / BA / CE / GO / MG / MS / MT / RJ / RR / SE	12
	Quinzenal	AM / ES / PB / PR / RN / SP	6
	Semanal	RS	1

- FALTA PIAUÍ

COMPOSIÇÃO	Paritária	AC / RR / RS	3
	Maioria de Conselheiros Natos	AM / BA / CE / DF / ES / GO / MA / MT / MG / PB / PR / PE / PI / RN / SC / SE / TO	17
	Maioria de Conselheiros Eleitos	AL / AP / MS / PA / RJ / RO / SP	7

UF	ACRE
Periodicidade	Mensal
Composição	<p>Art. 9º - O Conselho da PGE, presidido pelo Procurador Geral, tem a seguinte composição: (Redação dada pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p> <p>I - o Procurador-Geral, o Procurador-Geral Adjunto e o Corregedor-Geral, que o integram como membros natos; (Incluído pela LC nº200, de 23.07.2009)</p> <p>II - dois Procuradores, estáveis, dentre os integrantes das Especializadas das áreas de consultoria e de contencioso geral, respectivamente, indicados pelo Procurador-Geral, para mandato de dois anos; (Incluído pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p> <p>III - cinco Procuradores do Estado, estáveis e integrantes das Classes da carreira, sendo um representante de cada classe, eleitos para mandato de dois anos. (Incluído pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p>
Competências	<p>Art. 10. Compete ao Conselho:</p> <p>I - analisar a proposta orçamentária anual da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>II - elaborar o seu Regimento Interno;</p> <p>III - propor os concursos de ingresso na carreira de Procurador de Estado; (Redação dada pela LC nº 95, de 29.06.2001)</p> <p>IV - regulamentar e deliberar sobre processos de promoção de Procuradores, julgar reclamações e recursos contra inclusão, exclusão e classificação em tais processos, e encaminhá-los ao Procurador-Geral; (Redação dada pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p> <p>V - deliberar sobre as decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares, promovidos pela Corregedoria Geral, indicando ao Procurador Geral às penalidades a serem aplicadas;</p> <p>VI - decidir, com base no parecer do Corregedor-Geral, sobre a confirmação no cargo ou a perda de cargo dos integrantes da carreira de Procurador submetidos ao estágio confirmatório, à estabilidade e à avaliação de desempenho; (Redação dada pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p> <p>VII - (Revogado pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p> <p>VIII - aprovar, por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros, o Regimento Interno da Procuradoria Geral.</p> <p>IX - desempenhar tarefas e delegações que lhes forem determinadas pelo Procurador-Geral. (Incluído pela LC nº 95, de 29.06.2001)</p> <p>X - opinar quanto à regulamentação aos níveis de complexidade das atribuições da carreira, para efeito de promoção e de avaliação de desempenho. (Incluído pela LC nº 200, de 23.07.2009)</p> <p>XI - regulamentar o exercício da advocacia pelos Procuradores do Estado fora de suas funções institucionais. (NR) (Acrescido pela LC nº 332, de 15.03.2017)</p>
Observações	
	5 natos / 5 eleitos

UF	ALAGOAS
Periodicidade	Mensal
Composição	Art. 8º O Conselho Superior é integrado pelo Procurador-Geral do Estado, que o preside, e ainda por seis Procuradores de Estado titulares e três Procuradores de Estado suplentes, todos em atividade, eleitos pelos integrantes em atividade da categoria, para mandato de dois anos.
Competências	Art. 7º São atribuições do Conselho Superior: I – propor ao Procurador-Geral do Estado, a adoção de providências reclamadas pelo interesse público e concernentes ao aperfeiçoamento das atividades operativas da Advocacia-Geral do Estado; II – pronunciar-se sobre matéria de interesse da instituição e de grande relevância, dentre as finalidades da Procuradoria Geral do Estado, mediante proposição do Procurador-Geral; III – apreciar processos referentes a promoção, remoção, permuta, reintegração, reversão, aproveitamento e demissão de Procurador de Estado, dirimindo dúvidas ou controvérsias quanto a conflitos de interesses; IV – deliberar sobre a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado; V – determinar correições extraordinárias; VI - avaliar o desempenho de Procuradores de Estado, no cumprimento de estágio probatório; VII – apreciar o relatório anual da Corregedoria-Geral; VIII – elaborar listas para promoção por merecimento e homologar as relativas a promoção por antiguidade; IX – apreciar e julgar recursos de Procurador de Estado contra atos do Procurador-Geral ou do Corregedor-Geral, a ele relacionados; X – recomendar ao Procurador-Geral do Estado o afastamento de Procurador de Estado, Procurador Autárquico e Advogado Fundacional do exercício de suas funções, quando submetido à sindicância ou processo administrativo disciplinar, entendendo oportuna a medida por conveniência da instrução; XI - deliberar sobre casos omissos na legislação regente das atividades da Procuradoria Geral do Estado; XII – revogado XIII – propor ao Procurador-Geral a elaboração e o reexame de súmulas de jurisprudência administrativa; XIV - promover os concursos para ingresso na carreira de Procurador de Estado.
Observações	
	1 nato / 6 eleitos

UF	AMAPÁ
Periodicidade	Mensal
Composição	Art. 13. O Conselho da Procuradoria-Geral do Estado, com regimento interno próprio, é presidido pelo Procurador-Geral e tem a seguinte composição: I - o Procurador-Geral e o Procurador-Corregedor, que o integram como membros natos; II - 03 (três) Procuradores do Estado eleitos, com os respectivos suplentes, sendo, no mínimo, 01 (um) do último nível da carreira.
Competências	Art. 15. Ressalvadas as manifestações do Poder Judiciário, compete ao Conselho decidir em última instância a respeito da demissão e da cassação de aposentadoria e de disponibilidade dos membros da carreira, bem como, a matéria referente à aplicação de outras penalidades a Procurador do Estado, e, ainda: I - elaborar e aprovar o seu próprio Regimento Interno e o Regimento Interno da Procuradoria-Geral, por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros; II - propor a realização de concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado e do quadro de servidores; III - regulamentar e deliberar sobre processos de promoção, lotação e relotação de Procurador do Estado, julgando as reclamações e recursos contra inclusão, exclusão e classificação em tais processos, encaminhando-as ao Procurador-Geral; IV - deliberar sobre as decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares, promovidos pela Corregedoria-Geral, indicando ao Procurador-Geral às penalidades a serem aplicadas; V - decidir, com base no parecer do Procurador Corregedor, sobre a confirmação no cargo ou a perda de cargo dos integrantes da carreira de Procurador do Estado submetidos ao estágio confirmatório, à estabilidade e à avaliação de desempenho; VI - promover, a pedido ou de ofício, o desagravo de Procurador do Estado que tenha sido afrontado ou desrespeitado no exercício de suas funções, sem prejuízo de outras medidas que recomendar a espécie; VII - opinar quanto à regulamentação dos níveis de complexidade das atribuições da carreira, para efeitos de promoção e de avaliação de desempenho;

	<p>VIII - funcionar como Órgão recursal último em matéria administrativa no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, salvo matérias de competência exclusivas do Procurador-Geral;</p> <p>IX - pronunciar-se, quando provocado, sobre a designação de Procurador do Estado para ter exercício em órgão diverso daquele de sua lotação;</p> <p>X - analisar matérias de interesse da Procuradoria-Geral do Estado ou concernente a carreira de Procurador do Estado, propondo as medidas necessárias para a sua resolução;</p> <p>XI - elaborar e reexaminar, com aprovação do Procurador-Geral do Estado, súmulas para uniformização da jurisprudência administrativa do Estado;</p> <p>XII - resolver conflitos de atribuições e de teses entre os Órgãos de execução programática da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>XIII - revisar seus pronunciamentos divergentes sobre a mesma matéria, com a finalidade de assegurar a unicidade na orientação jurídica do Estado;</p> <p>XIV - apreciar e julgar, em grau de recurso, pedidos de reconsideração de atos praticados pelo Procurador-Geral, pertinentes a direitos, vantagens e prerrogativas da carreira de Procurador do Estado;</p> <p>XV - pronunciar-se, quanto aos membros da carreira, a respeito da lotação, da relocação e da remoção ex officio ou a pedido;</p> <p>XVI - conferir a Medalha do Mérito do Setentrão da Procuradoria-Geral do Estado nos termos do seu regimento;</p> <p>XVII - estabelecer o padrão dos símbolos da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>XVIII - elaborar a relação dos Procuradores do Estado para fins de promoção por merecimento e encaminhá-la ao Governador do Estado, com vistas à homologação e efetivação do ato;</p> <p>XIX - zelar pela ordem de antiguidade funcional dos Procuradores do Estado, e decidir sobre as eventuais impugnações formuladas a esse respeito;</p> <p>XX - fixar ou alterar o quantitativo de estagiários da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>XXI - desempenhar outras atividades que lhe forem conferidas pelo Procurador-Geral do Estado.</p>
Observações	
	2 natos / 3 eleitos

UF	AMAZONAS
Periodicidade	Quinzenal
Composição	<p>Art. 5º - O Conselho de Procuradores do Estado é o órgão de consulta e de deliberação coletiva em matéria de interesse da Procuradoria Geral do Estado e da categoria dos Procuradores do Estado, tendo a seguinte composição:</p> <p>I - Membros natos:</p> <p>a) o Procurador-Geral do Estado, que o presidirá;</p> <p>b) o Subprocurador-Geral do Estado;</p> <p>c) os Subprocurados-Gerais-Adjuntos do Estado;</p> <p>d) o Corregedor;</p> <p>e) os Procuradores-Chefes.</p> <p>II - Membros eleitos, em número correspondente a um por classe da carreira de Procurador do Estado, com mandato bienal, permitida a recondução na eleição subsequente.</p>
Competências	<p>De acordo com o artigo 9º da Lei 1.639, de 30 de dezembro de 1983 – Lei Orgânica da PGE, o Colegiado tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - decidir, por solicitação do Procurador-Geral do Estado ou do Corregedor, sobre a instauração de sindicância ou de processo administrativo, para apuração de infração funcional imputada o Procurador de Estado;</p> <p>II - deliberar sobre qualquer matéria de interesse da Procuradoria Geral do Estado, quando solicitado o seu pronunciamento pelo Procurador-Geral do Estado, pela maioria absoluta de seus membros ou por 1/3 (um terço) dos membros da categoria em atividades;</p> <p>III - dirimir quaisquer dúvidas atinentes à competência dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>IV - aprovar os regulamentos dos concursos para provimento dos cargos de Procurador do Estado, bem como a composição das comissões organizadoras e examinadoras;</p> <p>V - sugerir ao Procurador-Geral medidas atinentes a melhoria dos serviços da Procuradora, em qualquer de seus setores;</p> <p>VI - aprovar o Plano Anual de Aperfeiçoamento dos Procuradores do Estado apresentado pelo Centro de Estudos Jurídicos;</p> <p>VII - julgar, em primeira instância, recursos dos Procuradores do Estado sobre medida disciplinar aplicada a estes Procurador-Geral do Estado;</p> <p>VIII - opinar sobre promoções na série de classes de Procuradores do Estado, organizando as listas de classificação por merecimento e antiguidade, julgando</p>

	reclamações e recursos eventualmente interpostos; IX – deliberar sobre a forma e critérios para o recrutamento de estagiários para a Procuradoria Geral do Estado; X – votar o seu próprio regimento, dirimir dúvidas sobre sua interpretação e resolver casos omissos.
Observações	1) Art. 6º - A Procuradoria Geral do Estado será dirigida pelo Procurador-Geral do Estado, auxiliado pelo Subprocurador-Geral do Estado, pelo Corregedor e por 2 (dois) Subprocuradores-Gerais-Adjuntos do Estado. 2) Art. 24 - Os cargos de Procurador do Estado são dispostos em série de classes, compreendendo: I – 14 (quatorze) cargos de Procurador do Estado de Primeira Classe; II – 17 (dezessete) cargos de Procurador do Estado de Segunda Classe; III – 25 (vinte e cinco) cargos de Procurador do Estado de Terceira Classe. 3) Procuradores do Estado Chefes dos seguintes órgãos: Procuradoria Administrativa, Procuradoria Judicial Comum, Procuradoria do Pessoal Estatutário, Procuradoria do Pessoal Temporário, Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Fundiário, Procuradoria do Meio Ambiente, Procuradoria do Contencioso Tributário, Procuradoria da Dívida Ativa e Cobrança Extrajudicial, Procuradoria do Estado no Distrito Federal, Centro de Estudos Jurídicos
	15 natos / 3 eleitos

UF	BAHIA
Periodicidade	Mensal
Composição	Art. 6º - O Conselho Superior é integrado pelos seguintes membros: I - o Procurador Geral do Estado, que o presidirá; II - o Procurador Geral Adjunto; III - o Corregedor; IV - 01 (um) representante eleito de cada classe da carreira de Procurador do Estado; V - os Chefes das Procuradorias Administrativa, Judicial, Fiscal e de Controle Técnico; VI - o Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento; VII - 01 (um) Procurador do Estado, indicado pela entidade representativa da categoria.
Competências	Art. 8º - Compete ao Conselho Superior: I - manifestar-se sobre alterações na estrutura da Procuradoria Geral do Estado; II - representar ao Procurador Geral do Estado sobre providências reclamadas pelo interesse público, concernentes à Procuradoria Geral do Estado; III - deliberar sobre questões relativas ao ingresso e às promoções na carreira de Procurador do Estado; IV - processar e julgar as reclamações e recursos sobre ingresso e promoções na carreira de Procurador do Estado; V - deliberar sobre a oportunidade e o procedimento a ser adotado na realização dos concursos para ingresso na carreira de Procurador do Estado e decidir sobre as respectivas inscrições; VI - indicar as matérias que devam ser objeto dos concursos de ingresso na carreira e aprovar os respectivos programas; VII - eleger o Presidente da Comissão de Concurso, sempre que possível dentre seus pares e escolher os examinadores; VIII - homologar os resultados dos concursos para a carreira de Procurador do Estado; IX - deliberar sobre o exercício do poder disciplinar relativamente aos Procuradores do Estado, apreciando transgressões e recomendando as providências cabíveis à autoridade competente; X - propor medidas necessárias ao bom funcionamento dos serviços da Procuradoria Geral; XI - desagravar o Procurador do Estado, de ofício ou a pedido, quando injustamente ofendido no exercício de suas funções; XII - organizar, anualmente, as listas de merecimento e de antiguidade para efeito de promoção dos Procuradores do Estado; XIII - deliberar sobre a situação dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, quando em estágio probatório; XIV - julgar os recursos interpostos das decisões do Procurador Geral; XV - deliberar sobre as propostas de uniformização da jurisprudência administrativa do Estado, editando as respectivas súmulas; XVI - editar seu Regimento Interno.
Observações	Art. 42 - O quadro de pessoal técnico-jurídico da Procuradoria Geral do Estado é constituído de 300 (trezentos) cargos de Procurador do Estado, organizados em carreira e escalonados em 04 (quatro) classes, compreendendo:
	8 natos / 4 eleitos / 1 da Associação

UF	CEARÁ
Periodicidade	Mensal
Composição	Art. 11. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado tem caráter deliberativo, consultivo e disciplinar e é composto pelos seguintes membros: Procurador-Geral do Estado, Procuradores-Gerais Adjuntos, Corregedor-Geral, Procuradores-Chefes dos Órgãos de Execução Programática com atuação em Fortaleza, Procurador-Chefe do CETREI e Procuradores do Estado eleitos, em número fixado no seu regimento interno, dentre os integrantes de quaisquer dos níveis da carreira, desde que estáveis.
Competências	Art. 12. Compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado: I - analisar matérias de interesse da Procuradoria-Geral do Estado ou concernente a carreira de Procurador do Estado, propondo as medidas necessárias para resolução das mesmas, inclusive o ajuizamento de ações; II - elaborar e reexaminar, com aprovação do Procurador-Geral do Estado, súmulas para uniformização da jurisprudência administrativa do Estado; III - resolver conflitos de atribuições e de teses entre os Órgãos de execução programática da Procuradoria-Geral do Estado; IV - revisar seus pronunciamentos divergentes sobre a mesma matéria, com a finalidade de assegurar a unicidade na orientação jurídica do Estado; V - sugerir alterações na estrutura da Procuradoria-Geral do Estado, inclusive distribuição de competências; VI - propor a realização de concurso público; VII - reexaminar, mediante provocação, a decisão da comissão especial de avaliação de desempenho do estágio probatório e da comissão de avaliação de títulos para promoção de integrantes da carreira de Procurador do Estado; VIII - examinar e deliberar definitivamente acerca de recurso decorrente de remoção ex officio de Procurador do Estado; IX - sugerir, independentemente da iniciativa de outras autoridades, a instauração de sindicâncias e processos disciplinares para a apuração de irregularidades que envolvam integrantes da carreira de Procurador do Estado; X - deliberar acerca da punição aplicável, conforme o caso, nos processos disciplinares em que Procurador do Estado figura como indiciado; XI - deliberar sobre o arquivamento de representações alusivas à prática de irregularidades formuladas à Procuradoria-Geral do Estado por qualquer do povo no exercício do direito de petição; XII - promover, a pedido ou de ofício, o desagravo de Procurador do Estado que tenha sido afrontado ou desrespeitado no exercício de suas funções, sem prejuízo de outras medidas que recomendar a espécie; XIII - propor o reconhecimento da competência profissional de Procurador do Estado, nos termos definidos no art. 73. inciso I, desta Lei Complementar; XIV - elaborar seu regimento onde serão fixadas as suas normas de funcionamento; XV - funcionar como Órgão recursal último em matéria administrativa no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, salvo quanto ao disposto no art. 8º, incisos IV e V desta Lei Complementar; XVI - elaborar, juntamente com o Procurador-Geral do Estado instruções e provimentos para os Procuradores e servidores da Procuradoria-Geral, sobre o exercício das respectivas funções; XVII - exercer as demais atribuições que lhe sejam designadas por lei ou em razão de delegação do Procurador-Geral do Estado, efetuada mediante Portaria; XVIII - exercer outras atividades previstas em lei ou correlatas ao desempenho das atribuições dispostas neste artigo.
Observações	1) São 2 (dois) Procuradores Gerais Adjuntos 2) São 6 (seis) órgãos de execução programática com atuação em Fortaleza: Procuradoria Judicial, Procuradoria Fiscal, Procuradoria de Consultoria Geral, Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar, Procuradoria do Patrimônio e do Meio-Ambiente, Procuradoria da Administração Indireta 3) São 5 conselheiros eleitos Obs.: informações prestadas por telefone, pela Secretária do Conselho da PGE/CE, Sr ^a Cristiana Saboya
	14 natos / 5 eleitos

UF	DISTRITO FEDERAL
Periodicidade	Bimestral
Composição	Art. 10. O Conselho Superior compõe-se do Procurador-Geral, que o preside, do Procurador-Geral Adjunto, dos titulares das Procuradorias a ele subordinadas, como membros natos, e de membros eleitos, escolhidos dentre os Procuradores do Distrito Federal, mediante escrutínio secreto. § 1º O número de Conselheiros eleitos será equivalente à quantidade de membros natos, excluído do cômputo o Procurador-Geral do Distrito Federal.

Competências	<p>Art. 11. Compete ao Conselho Superior:</p> <p>I – elaborar listas triplices de Procuradores do Distrito Federal para fins de promoção por merecimento, a ser submetidas ao Governador do Distrito Federal pelo Procurador-Geral;</p> <p>II – propor ao Procurador-Geral ou ao Procurador-Corregedor as medidas relativas à conduta funcional dos Procuradores do Distrito Federal;</p> <p>III – autorizar e determinar a instauração de processos administrativos disciplinares contra Procuradores do Distrito Federal;</p> <p>IV – julgar os processos administrativos disciplinares instaurados contra Procuradores do Distrito Federal e propor as medidas cabíveis, ressalvados os casos de competência do Governador do Distrito Federal;</p> <p>V – deliberar sobre a exoneração de Procurador do Distrito Federal julgado inapto no estágio probatório, encaminhando cópia da decisão ao Procurador-Geral para efetivação junto ao Governador do Distrito Federal;</p> <p>VI – julgar os processos de avaliação periódica de desempenho de integrante estável da carreira de Procurador do Distrito Federal e deliberar sobre a respectiva exoneração;</p> <p>VII – autorizar a representação contra Procurador do Distrito Federal por prática de ilícito penal ou de improbidade administrativa;</p> <p>VIII – determinar a instauração de apuração sumária e sindicância contra Procurador do Distrito Federal, independentemente de iniciativa de outras autoridades;</p> <p>IX – encaminhar ao Procurador-Geral do Distrito Federal deliberação adotada em julgamento de processo administrativo disciplinar contra Procurador do Distrito Federal para aplicação de penalidade ou arquivamento por absolvição;</p> <p>X – exercer poder normativo para elaborar e aprovar:</p> <p>a) seu regimento interno;</p> <p>b) as normas e instruções para o concurso para ingresso na carreira;</p> <p>c) os critérios para distribuição de apurações sumárias, sindicâncias e processos administrativos disciplinares e outros feitos de sua atribuição regimental, respeitadas as competências do Procurador-Geral, do Procurador-Geral Adjunto, do Procurador-Corregedor e dos titulares dos órgãos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;</p> <p>d) as normas sobre procedimentos em matéria de sua competência;</p> <p>XI – deliberar sobre matéria que lhe seja submetida pelo Procurador-Geral;</p> <p>XII – determinar a instauração de sindicâncias, apurações sumárias e correições e apreciar os relatórios correspondentes;</p> <p>XIII – julgar os pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar em que haja proferido decisão;</p> <p>XIV – opinar nos processos de revisão de processo administrativo disciplinar originariamente julgados pelo Governador do Distrito Federal;</p> <p>XV – encaminhar ao Governador do Distrito Federal recurso administrativo contra julgamentos proferidos em processos administrativos disciplinares e pedidos de revisão e nos feitos em que cabível;</p> <p>XVI – determinar o afastamento preventivo, sem prejuízo dos vencimentos, de Procurador do Distrito Federal acusado ou indiciado em processo administrativo disciplinar e o retorno às funções;</p> <p>XVII – indicar os membros da comissão de processo administrativo disciplinar em que acusado Procurador do Distrito Federal;</p> <p>XVIII – elaborar lista de antigüidade dos Procuradores do Distrito Federal e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;</p> <p>XIX – indicar Procurador do Distrito Federal ao Governador do Distrito Federal para promoção por antigüidade;</p> <p>XX – opinar sobre os pedidos de reversão de Procurador do Distrito Federal;</p> <p>XXI – propor ao Procurador-Geral a elaboração ou reexame de súmulas para uniformização de jurisprudência administrativa do Distrito Federal;</p> <p>XXII – convocar Procurador do Distrito Federal para prestar esclarecimento sobre fato determinado ou assuntos de interesse da instituição;</p> <p>XXIII – determinar a realização de diligências e atos de coleta de prova necessários ao julgamento de processo administrativo disciplinar;</p> <p>XXIV – julgar as questões a ele submetidas por matéria de sua competência regulada nesta Lei Complementar ou em atos normativos a ele pertinentes;</p> <p>XXV – opinar, previamente ao julgamento pelo Governador do Distrito Federal, nos processos administrativos disciplinares em que proposta a demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo ou função em comissão de Procurador do Distrito Federal;</p> <p>XXVI – deliberar sobre as correições realizadas nos órgãos do sistema jurídico do Distrito Federal.</p>
Observações	<p>1) São 4 Procuradorias: Procuradoria Judicial, Procuradoria Fiscal, Procuradoria do Meio Ambiente e Patrimônio Público, e Procuradoria Administrativa.</p> <p>2) São 5 (cinco) conselheiros eleitos</p>
	6 natos / 5 eleitos

UF	ESPIRITO SANTO
Periodicidade	Quinzenal
Composição	<p>Art. 7º - Integram o Conselho da Procuradoria:</p> <p>I - Como membros natos:</p> <p>a) O Procurador-Geral do Estado, que exerce a sua presidência;</p> <p>b) o Subprocurador-Geral do Estado para Assuntos Jurídicos;</p> <p>c) o Subprocurador-Geral do Estado para Assuntos Administrativos;</p> <p>d) o Corregedor-Geral;</p> <p>II - 05 (cinco) Procuradores-Chefes, designados pelo Procurador Geral do Estado para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução;</p> <p>III - 2 (dois) Procuradores do Estado estáveis, eleitos pelos integrantes da carreira em escrutínio secreto.</p> <p>§ 1º Os membros eleitos exercem mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por mais 1 (um) período.</p> <p>§ 2º Os Procuradores Regionais e o Procurador-Chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal integrarão o Conselho quando houver deliberação sobre matéria diretamente relacionada à sua área de atuação.</p>
Competências	<p>Art. 8º - Compete ao Conselho da Procuradoria:</p> <p>I - pronunciar-se sobre qualquer matéria ou questão que lhe seja encaminhada pelo Procurador Geral do Estado;</p> <p>II - propor ao Procurador Geral do Estado projetos ou atividades a serem exercidas pelos diversos órgãos integrantes da estrutura organizacional da PGE;</p> <p>III - exercer as atividades de controle e fiscalização dos serviços afetos aos Procuradores do Estado, através da ação da Corregedoria;</p> <p>IV - submeter à autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos de ingresso na carreira de Procurador do Estado, bem como indicar a composição da comissão organizadora, das bancas examinadoras, o programa para as provas, conhecendo e julgando recursos dos candidatos e homologando os resultados dos concursos;</p> <p>V - editar Enunciados visando à aplicação do Direito pela Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>VI - encaminhar, através do Procurador Geral do Estado, ao Governador do Estado os nomes aprovados em concurso público, pela ordem classificatória, para efeito de nomeação;</p> <p>VII - exercer privativamente o poder disciplinar em relação aos Procuradores do Estado:</p> <p>a) instaurando processos administrativos disciplinares;</p> <p>b) julgando os procuradores do Estado em virtude do cometimento de irregularidades administrativas;</p> <p>c) aplicando penas disciplinares de advertência reservada, advertência com registro em assentamentos funcionais e suspensão do exercício do cargo;</p> <p>d) sugerindo ao Governador, através do Procurador Geral do Estado, a aplicação da pena de demissão de Procurador do Estado;</p> <p>VIII - decidir sobre a confirmação no cargo ou exoneração de Procurador do Estado submetido a estágio probatório;</p> <p>IX - dirimir, através de pronunciamento, questões jurídicas relevantes, a juízo do Procurador Geral do Estado, seja em caráter preventivo ou em apreciação de situação concreta;</p> <p>X - sugerir e opinar sobre alterações na estrutura da Procuradoria Geral do Estado de suas respectivas atribuições;</p> <p>XI - representar ao Procurador Geral sobre providências reclamadas pelo interesse público, concernentes à Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>XII - representar ao Procurador Geral do Estado para que apresente ao Governador sugestão de proposição de ação direta de inconstitucionalidade de qualquer lei ou ato normativo estadual;</p> <p>XIII - elaborar o seu Regimento Interno, e da Corregedoria e o da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado.</p>
Observações	
	9 natos / 2 eleitos

UF	GOIÁS
Periodicidade	Mensal
Composição	<p>Artigo 7º. O Conselho de Procuradores compõe-se de:</p> <p>I - membros natos:</p> <p>a) o Procurador-Geral do Estado (Presidente);</p> <p>b) os procuradores-chefes das Procuradorias Especializadas, da Assessoria do</p>

	<p>Gabinete e do Centro de Estudos Jurídicos;</p> <p>c) o presidente da Associação dos Procuradores do Estado;</p> <p>II - membros eleitos: um representante de cada classe da carreira de Procurador do Estado, escolhidos por seus pares a cada dois anos.</p> <p>§ 1º Integrarão o Conselho quando houver deliberação sobre matéria diretamente relacionada com a sua área de atuação os Procuradores-Chefes da Procuradoria do Estado na Capital Federal e das Procuradorias Regionais.</p>
Competências	<p>Artigo 8º. Compete ao Conselho de Procuradores:</p> <p>I - propor ao Procurador-Geral do Estado a adoção de providências reclamadas pelo interesse público e concernentes ao aperfeiçoamento das atividades da Procuradoria-Geral;</p> <p>II - pronunciar-se sobre matéria de caráter institucional, mediante proposição de qualquer de seus membros;</p> <p>III - deliberar sobre promoção na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>IV - deliberar sobre a instauração de processo administrativo disciplinar concernente à carreira de Procurador do Estado, à vista de relatório apresentado pelo Procurador Corregedor-Geral;</p> <p>V - julgar os processos administrativos disciplinares instaurados em desfavor de Procurador do Estado e encaminhá-los ao Procurador-Geral do Estado para a adoção das medidas cabíveis, ressalvados os casos de competência do Governador do Estado;</p> <p>VI - avaliar o desempenho de Procuradores do Estado, no cumprimento de estágio probatório, decidindo sobre sua estabilidade;</p> <p>VII - apreciar e julgar, em grau de recurso, pedidos de reconsideração de atos praticados pelo Procurador-Geral, pertinentes a direitos, vantagens e prerrogativas da carreira de Procurador do Estado;</p> <p>VIII - estabelecer normas gerais sobre concurso para ingresso na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>IX - aprovar súmula visando à uniformização da jurisprudência administrativa do Estado, mediante proposição de qualquer de seus membros, após pronunciamento da Assessoria do Gabinete;</p> <p>X - elaborar lista tríplice de Procuradores do Estado para fins de escolha e nomeação do Procurador Corregedor-Geral;</p> <p>XI - elaborar regimento interno, que disporá sobre seu funcionamento, deliberações, normas eleitorais e outras matérias pertinentes, bem como sobre a competência dos órgãos da Procuradoria-Geral do Estado, observadas as disposições legais;</p> <p>XII - aprovar o regimento interno da Corregedoria;</p> <p>XIII - escolher o conselho editorial da Revista de Direito;</p> <p>XIV - designar Procurador Corregedor-Auxiliar para substituir o Procurador Corregedor-Geral em suas faltas e impedimentos.</p> <p>XV - solicitar ao Governador do Estado a destituição do Procurador Corregedor-Geral, mediante o voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, precedido de representação de qualquer de seus membros.</p>
Observações	<p>1) Artigo 2º, II e III: As Procuradorias Especializadas são:</p> <p>a) Procuradoria Administrativa;</p> <p>b) Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente;</p> <p>c) Procuradoria Trabalhista;</p> <p>d) Procuradoria Judicial;</p> <p>e) Procuradoria Tributária;</p> <p>f) Procuradoria do Estado na Capital Federal;</p> <p>g) Procuradoria Regional;</p> <p>h) Procuradoria de Assistência Judiciária.</p> <p>2) Artigo 34. A carreira de Procurador do Estado é constituída das seguintes categorias:</p> <p>I – Procurador do Estado de classe especial;</p> <p>II – Procurador do Estado de classe intermediária;</p> <p>III – Procurador do Estado de classe inicial;</p> <p>IV – Procurador do Estado substituto.</p>
	11 natos / 4 eleitos / 1 da Associação

UF	MARANHÃO
Periodicidade	Quando convocado pelo Procurador Geral
Composição	<p>Art. 5º O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado é constituído dos seguintes membros:</p> <p>a) Procurador-Geral do Estado, como presidente nato;</p> <p>b) Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>c) Procurador-Geral-Adjunto;</p> <p>d) Procurador-Geral-Adjunto para Assuntos Judiciais;</p> <p>e) Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Estratégicos;</p> <p>f) Subprocurador-Geral Adjunto;</p>

	<p>g) Presidente da Associação dos Procuradores do Estado;</p> <p>h) Três representantes da classe de Procuradores do Estado, sendo um Subprocurador do Estado, um Procurador de 1ª Classe e um Procurador de 2ª Classe, estes eleitos pelos respectivos componentes de cada classe, em escrutínio secreto, para mandato de dois anos, tendo como suplentes os Procuradores do Estado que lhes seguirem na ordem.</p>
Competências	<p>Art. 6º - Compete ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado:</p> <p>I - sintetizar e sistematizar os Pareceres Normativos assentados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, de cumprimento obrigatório pela Administração Estadual;</p> <p>II - participar da organização e direção de concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>III - indicar ao Procurador-Geral do Estado o nome do mais antigo membro da carreira de Procurador do Estado para promoção por antigüidade;</p> <p>IV - indicar ao Procurador-Geral do Estado, após votação secreta, em lista tríplice, os candidatos à promoção por merecimento;</p> <p>V - determinar, sem prejuízo da competência do Chefe do Poder Executivo, do Procurador-Geral e do Corregedor Geral, a instauração de processo administrativo disciplinar contra os integrantes da carreira de Procurador do Estado;</p> <p>VI - sugerir ao Procurador-Geral do Estado a aplicação de sanções disciplinares contra os integrantes da carreira de Procurador do Estado, tendo em vista a conclusão dos processos administrativos disciplinares;</p> <p>VII - encaminhar ao Procurador-Geral do Estado os processos administrativos disciplinares que incumba a este decidir;</p> <p>VIII - julgar recursos contra decisão:</p> <p>a) confirmatória ou não do Procurador do Estado na carreira;</p> <p>b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar;</p> <p>c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de atividade;</p> <p>d) de disponibilidade e remoção de membro da carreira de Procurador do Estado, por motivo de interesse público;</p> <p>e) que recusar promoção por antigüidade;</p> <p>IX - decidir sobre a confirmação ou exoneração do Procurador do Estado, em estágio probatório, no cargo de Procurador do Estado, após a manifestação da Corregedoria Geral;</p> <p>X - sugerir e opinar ao Procurador-Geral do Estado sobre alterações na estrutura da Procuradoria Geral do Estado e do Sistema Jurídico e nas respectivas atribuições;</p> <p>XI - representar ao Procurador-Geral sobre providências reclamadas pelo interesse público concernentes à Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>XII - deliberar sobre medidas propostas pela Corregedoria Geral;</p> <p>XIII - autorizar o afastamento de membro da carreira de Procurador do Estado para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudos no país ou no exterior;</p> <p>XIV - elaborar o regimento interno;</p> <p>XV - eleger os integrantes da carreira de Procurador do Estado que integrarão a comissão de concurso;</p> <p>XVI - sugerir ao Procurador-Geral do Estado a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos Órgãos da Procuradoria Geral do Estado para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;</p> <p>XVII - decidir, por dois terços de seus membros, sobre remoção de Procurador do Estado;</p> <p>XVIII - desempenhar outras atribuições conferidas por Lei.</p>
Observações	
	6 natos / 3 eleitos / 1 da Associação

UF	MATO GROSSO
Periodicidade	Mensal
Composição	<p>Art. 4º O Colégio de Procuradores é órgão superior incumbido de superintender a atuação da Procuradoria-Geral do Estado, cabendo-lhe, ainda, velar pelos princípios institucionais.</p> <p>§ 1º O Colégio de Procuradores será integrado pelo Procurador-Geral, que o presidirá, pelos Subprocuradores-Gerais, pelo Corregedor-Geral, pelo Chefe do Centro de Estudos e por quatro Procuradores do Estado estáveis, eleitos em escrutínio secreto e direto por todos os integrantes da carreira em efetivo exercício, para mandato de dois anos.</p>
Competências	<p>Art. 5º Compete ao Colégio de Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado:</p> <p>I - decidir os processos administrativos disciplinares no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, aplicando as penalidades cabíveis, salvo aquelas de competência privativa do Governador do Estado;</p> <p>II - determinar a realização de correições extraordinárias;</p> <p>III - apreciar os processos de habilitação para promoção requeridos pelos Procuradores</p>

	<p>do Estado;</p> <p>IV - promover os Procuradores do Estado nos termos desta lei complementar;</p> <p>V - designar comissão de concurso para ingresso na carreira de Procurador do Estado, na forma do § 1º do Art. 111 da Constituição Estadual;</p> <p>VI - decidir sobre o afastamento de Procuradores do Estado;</p> <p>VII - analisar o relatório de avaliação do Procurador do Estado Substituto e do servidor em estágio probatório, encaminhado pela Corregedoria, concluindo, fundamentadamente, sobre sua confirmação ou não no cargo;</p> <p>VIII - analisar, trimestralmente, os relatórios individuais dos Procuradores do Estado, após parecer circunstanciado da Corregedoria-Geral do Estado;</p> <p>IX - decidir sobre os pedidos de contagem do tempo de serviço, bem como outros direitos dos Procuradores do Estado;</p> <p>X - pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja encaminhada pelo Procurador-Geral;</p> <p>XI - sugerir e opinar sobre alterações na estrutura da Procuradoria-Geral do Estado e respectivas atribuições;</p> <p>XII - propor, analisar e deliberar acerca de matérias que visem à fixação de orientação jurídico-normativa para a Administração Pública direta e indireta;</p> <p>XIII - estabelecer normas de estágio na Procuradoria - Geral do Estado;</p> <p>XIV - admitir a instauração de processo administrativo disciplinar contra integrantes da carreira de Procurador do Estado;</p> <p>XV - decidir sobre a compatibilidade nos acúmulos de cargos dos membros da Instituição.</p> <p>XVI - elaborar o regimento interno da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>XVII - proceder à lotação dos Procuradores do Estado, observando a especialidade de cada um, fazendo publicar anualmente o lotacionograma, após apreciar os pedidos de remoção e permuta, sendo vedada a remoção ou lotação compulsória;</p> <p>XVIII - proceder à remoção dos Procuradores do Estado;</p> <p>XIX - admitir a instauração de processo administrativo disciplinar contra o Corregedor-Geral do Estado, designando Comissão Processante entre seus membros;</p> <p>XX - indicar ao Governador do Estado a exoneração do Corregedor-Geral do Estado;</p> <p>XXI - exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei, regulamento ou regimento;</p> <p>XXII - resolver, definitivamente, acerca de matéria em que haja pareceres ou entendimentos divergentes no âmbito da Procuradoria- Geral do Estado;</p> <p>XXIII - dirimir os conflitos de competência entre as Subprocuradorias;</p> <p>XXIV - emitir resoluções.</p>
Observações	<p>São 10 (dez) Subprocuradorias Gerais:</p> <p>a) Subprocuradoria-Geral Administrativa;</p> <p>b) Subprocuradoria-Geral Judicial;</p> <p>c) Subprocuradoria-Geral Fiscal;</p> <p>d) Subprocuradoria-Geral de Coordenação de Cálculos, de Precatórios e Recuperação Fiscal;</p> <p>e) Subprocuradoria-Geral de Defesa do Patrimônio Público;</p> <p>f) Subprocuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso perante os Tribunais Superiores.</p> <p>g) Subprocuradoria-Geral de Defesa do Meio Ambiente</p> <p>h) Subprocuradoria-Geral de Gestão de Pessoal.</p> <p>i) Subprocuradoria-Geral de Coordenação, Supervisão e Orientação da Administração Indireta.</p> <p>j) Subprocuradoria-Geral de Controle Interno.</p>
	13 natos / 4 eleitos

UF	MATO GROSSO DO SUL
Periodicidade	Mensal
Composição	Art. 10. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado é composto pelo Procurador-Geral do Estado, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral, por cinco Procuradores do Estado eleitos, representantes de cada uma das categorias da carreira, e pelo Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul – APREMS (sem voto).
Competências	Art. 12. Compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado: <p>I - colaborar com o Procurador-Geral do Estado no desempenho de suas atribuições;</p> <p>II - sugerir e ou representar ao Procurador-Geral do Estado sobre qualquer matéria de interesse da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>III - sugerir as alterações na estrutura da Procuradoria-Geral do Estado e nas respectivas atribuições, e a instalação de Procuradorias Especializadas e Regionais;</p> <p>IV - deliberar, previamente, sobre a composição da comissão organizadora e da banca examinadora de concurso público de ingresso na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>V - deliberar acerca do relatório circunstanciado de avaliação de desempenho do</p>

	<p>estágio confirmatório, elaborado pela Corregedoria-Geral;</p> <p>VI - deliberar sobre a indicação de Procurador do Estado em lista de promoção por merecimento e por antiguidade;</p> <p>VII - deliberar sobre medidas propostas pela Corregedoria-Geral, no âmbito de competência desta;</p> <p>VIII - deliberar, previamente, sobre a abertura de sindicância e de processos administrativos disciplinares contra integrantes da carreira de Procurador do Estado, assim como sobre os respectivos recursos;</p> <p>IX - processar e julgar reclamações e recursos de Procurador do Estado em matéria de sua competência ou da Corregedoria-Geral;</p> <p>X - aprovar o regimento interno da Corregedoria-Geral, por deliberação da maioria absoluta de seus membros;</p> <p>XI - conduzir o procedimento de eleição do Corregedor-Geral;</p> <p>XII - deliberar sobre a instauração do processo disciplinar de destituição do Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, por voto da maioria absoluta de seus membros;</p> <p>XIII - deliberar sobre remoção de Procurador do Estado para outra localidade, nos casos previstos no § 1º do art. 55;</p> <p>XIV - pronunciar-se sobre qualquer matéria ou questão que lhe seja encaminhada pelo Procurador-Geral;</p> <p>XV - elaborar e aprovar seu regimento interno.</p>
Observações	Art. 22. Os cargos de Procurador do Estado são organizados em carreira, escalonados em cinco categorias: especial, primeira, segunda, terceira e inicial, sendo ingresso na carreira por meio de concurso público e o provimento na categoria inicial.
	2 natos / 5 eleitos / 1 da Associação (sem voto)

UF	MINAS GERAIS
Periodicidade	Mensal
Composição	<p>Art. 4º O Conselho Superior da AGE é integrado pelos seguintes membros:</p> <p>I - o Advogado-Geral do Estado, que é seu Presidente;</p> <p>II - os dois Advogados-Gerais Adjuntos, que são seus Vice-Presidentes;</p> <p>III - um representante eleito dentre os Procuradores-Chefes;</p> <p>IV - um representante eleito dentre os Advogados Regionais do Estado;</p> <p>V - cinco representantes dos Procuradores do Estado;</p> <p>VI - um membro indicado pelo Advogado-Geral do Estado, vedada a indicação de membro da Corregedoria.</p>
Competências	<p>Art. 5º Ao Conselho Superior da AGE compete:</p> <p>I – elaborar e votar o seu regimento interno;</p> <p>II – deliberar sobre matéria de interesse da AGE quando solicitado seu pronunciamento pelo Advogado-Geral;</p> <p>III – propor ao Advogado-Geral alterações na estrutura da AGE;</p> <p>IV – representar ao Advogado-Geral sobre providências reclamadas pelo interesse público ou pela conveniência de serviço da AGE;</p> <p>V – indicar candidatos a promoção por antiguidade e organizar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, lista tripla para promoção por merecimento, na carreira da Advocacia Pública do Estado;</p> <p>VI – deliberar sobre prorrogação do prazo de validade de concurso para ingresso na carreira, até o limite permitido pela Constituição Federal;</p> <p>VII – recusar, motivadamente, pelo voto de dois terços de seus membros, a indicação para promoção por antiguidade;</p> <p>VIII – aprovar as listas de antiguidade a serem publicadas anualmente pelo Advogado-Geral;</p> <p>IX – decidir recurso contra a lista de antiguidade;</p> <p>X – homologar o resultado do concurso de remoção realizado pelo Advogado-Geral do Estado;</p> <p>XI – deliberar sobre a forma de rateio dos honorários advocatícios de sucumbência devidos aos integrantes da AGE, na forma do regulamento;</p> <p>XII – deliberar ou manifestar-se sobre qualquer matéria ou assunto que o Advogado Geral submeter especificamente à sua apreciação;</p> <p>XIII – autorizar a indicação de Procurador do Estado que esteja afastado do efetivo exercício das atribuições do cargo para concorrer à promoção por merecimento;</p> <p>XIV – designar comissão de três membros, presidida pelo Corregedor da Advocacia Geral do Estado, para avaliação especial de desempenho dos Procuradores que se encontrem em estágio probatório, para fins de aquisição de estabilidade.</p>
Observações	
	6 natos / 5 eleitos

UF	PARÁ
Periodicidade	Quando convocado pelo Procurador Geral
Composição	<p>Art. 8º Integram o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado:</p> <p>I - O Procurador-Geral do Estado, que o preside;</p> <p>II - O Corregedor-Geral; (NR)</p> <p>III- 8 (oito) membros e respectivos suplentes, eleitos em escrutínio secreto e votação nominal dentre Procuradores estáveis no momento da inscrição, sendo: (NR)</p> <p>a) 2 (dois) Procuradores do Estado de Classe Especial;</p> <p>b) 2 (dois) Procuradores do Estado de Classe Superior;</p> <p>c) 2 (dois) Procuradores do Estado de Classe Intermediária. (NR)</p> <p>d) 2 (dois) Procuradores do Estado de Classe Inicial.</p>
Competências	<p>Art. 9º São atribuições do Conselho Superior:</p> <p>I - elaborar seu Regimento Interno;</p> <p>II - deliberar sobre questões de interesse da Procuradoria-Geral, propostas por qualquer de seus membros;</p> <p>III - propor a realização de concurso para ingresso na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>IV - escolher, dentre os habilitados, os Procuradores do Estado a serem promovidos por merecimento e antiguidade;</p> <p>V - decidir sobre os pedidos de remoção;</p> <p>VI - decidir sobre confirmação no cargo ou exoneração dos Procuradores do Estado submetidos a estágio probatório;</p> <p>VII- opinar sobre cessão ou licença remunerada a qualquer título dos Procuradores do Estado, exceto licença médica; (NR)</p> <p>VIII - aprovar os pedidos de permuta e reversão, examinando sua conveniência, e indicar, para aproveitamento, os Procuradores do Estado que estejam em disponibilidade;</p> <p>IX - aprovar o quadro geral de antiguidade dos Procuradores do Estado e decidir sobre reclamações a ele concernentes;</p> <p>X - tomar conhecimento dos Relatórios da Corregedoria-Geral e determinar a realização de correições;</p> <p>XI - sugerir ao Procurador-Geral do Estado medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;</p> <p>XII - opinar sobre recomendações a serem feitas aos membros da carreira, nos casos em que se mostrar conveniente sua uniformização;</p> <p>XIII- decidir sobre a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar que envolva Procuradores do Estado, determinando a apuração devida à vista de indícios ou provas de irregularidades funcionais a requerimento da Corregedoria-Geral;</p> <p>XIV - proferir decisão em sindicâncias e processos administrativos disciplinares que envolvam Procuradores do Estado;</p> <p>XV - fixar os critérios para remoção e para promoção por merecimento e por antiguidade;</p> <p>XVI - fixar o número de vagas a serem providas por promoção e remoção, observando, entre outros aspectos, a dotação orçamentária do Órgão e o equilíbrio entre as classes;</p> <p>XVII - estabelecer procedimentos referentes à distribuição dos processos e operacionalização das competências das diversas classes da carreira; (NR)</p> <p>XVIII - remanejar cargos vagos de Procurador do Estado entre as classes da carreira, observada a disponibilidade orçamentária e as necessidades do órgão, dando publicidade ao ato; (NR)</p> <p>XIX - fixar o quantitativo de cargos por classe da carreira, dando publicidade ao ato;</p> <p>XX - exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento.</p>
Observações	
	2 natos / 8 eleitos

UF	PARAÍBA
Periodicidade	Quinzenal
Composição	<p>Art. 6º O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, órgão técnico e normativo de deliberação superior, é constituído de 09 (nove) membros, sendo:</p> <p>I – Membros Natos:</p> <p>a) o Procurador Geral do Estado;</p> <p>b) o Procurador Geral Adjunto do Estado;</p> <p>c) o Procurador Corregedor;</p> <p>d) o Presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Paraíba ou de outra entidade de representação da categoria;</p> <p>II – 03 (três) membros nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de 02 (dois) anos, dentre os representantes da carreira de Procurador do Estado, sendo, pelo menos, um Procurador do Estado SEJ-301;</p> <p>III – 02 (dois) membros indicados pela Associação dos Procuradores do Estado ou de</p>

	outra entidade de representação da categoria, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de 02 (dois) anos.
Competências	<p>Art. 8º Compete ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado:</p> <p>I – elaborar o Regulamento Geral da Procuradoria Geral do Estado, a ser aprovado mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo;</p> <p>II – expedir o seu Regimento Interno;</p> <p>III – deliberar sobre normas de concurso para o regulamento de promoção dos integrantes da carreira de Procurador do Estado;</p> <p>IV – organizar, anualmente, as listas de antiguidade e de merecimento dos Procuradores do Estado;</p> <p>V – processar e julgar as reclamações e recursos em matéria de promoções e ingresso em carreira;</p> <p>VI – deliberar sobre a oportunidade de realização dos concursos para ingresso na carreira de Procurador de Estado e decidir sobre as inscrições, programas e normas reguladoras;</p> <p>VII – exercer o poder disciplinar relativamente aos membros da Procuradoria Geral do Estado, na forma Regimental;</p> <p>VIII – conhecer as representações dos Procuradores do Estado, quando decorrentes do exercício de atribuições;</p> <p>IX – exercitar outras competências estabelecidas no Regulamento Geral da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>X – dar posse aos Procuradores de Estado nomeados em virtude da aprovação em Concurso Público.</p>
Observações	
	4 natos / 3 eleitos / 2 da Associação

UF	PARANÁ
Periodicidade	Quinzenal
Composição	<p>Art. 4º. O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado será composto por 9 (nove) membros, a saber:</p> <p>I - o Procurador Geral do Estado, como Presidente;</p> <p>II - 1 (um) representante de cada uma das 4 (quatro) classes mais elevadas da carreira de Procurador, eleito dentre os integrantes de cada uma das referidas classes;</p> <p>III - 4 (quatro) membros indicados pelo Procurador Geral do Estado, sendo 2 (dois) integrantes de cada uma das duas classes mais elevadas da carreira de Procurador.</p>
Competências	<p>Ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado compete:</p> <p>I - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, bem como suas alterações;</p> <p>II - apreciar, em grau de recurso, as decisões das comissões de sindicância e de processo administrativo, bem como as decisões do Procurador-Geral, nas sanções de sua competência;</p> <p>III - organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso na carreira de Procurador, mediante constituição de comissão de concurso que elaborará seu Regulamento.</p> <p>IV - organizar quadros de antiguidade e listas de merecimento para promoção e remoção na carreira de Procurador, fazendo as respectivas indicações;</p> <p>V - elaborar a lista triplíce para fins de promoção por merecimento, observada a legislação em vigor;</p> <p>VI - processar e julgar reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concurso para ingresso, remoção ou promoção na carreira de Procurador;</p> <p>VII - proceder, em caráter permanente, ao controle da aferição de merecimento dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, para efeito de promoção, remoção e outros direitos, assim como dos requisitos do estágio probatório;</p> <p>VIII - opinar sobre pedidos de permuta, readmissão, reintegração, reversão e aproveitamento na carreira de Procurador;</p> <p>IX - conhecer das suspeições e dos impedimentos de integrantes da carreira de Procurador, quando o Procurador-Geral solicitar;</p> <p>X - deliberar sobre propostas de acordo oferecidas pela parte contrária nas ações em que o Estado seja parte interessada, bem como apreciar os pedidos fundamentados de Procuradores do Estado, relativos à sua atuação judicial;</p> <p>XI - promover, a pedido ou “ex-officio”, o desagravo de Procurador do Estado que tenha sido afrontado ou desrespeitado no exercício regular de suas funções, sem prejuízo de outras medidas que recomendar a espécie;</p> <p>XII - aprovar, através do voto da maioria simples, ouvida a Coordenadoria do Interior e de Sistematização Recursal súmulas autorizativas de não interposição ou impositivas da interposição de recursos;</p> <p>XIII - apreciar justificativas para não interposição de recurso em matéria de mérito, o que compreende questões de conveniência e oportunidade e a análise de jurisprudência dos Tribunais Superiores tida por dominante;</p> <p>XIV - deliberar sobre a não interposição de recurso de caráter ordinário ou</p>

	<p>extraordinário ou não ajuizamento de ação ou medida judicial adequada, salvo delegação dessa competência devidamente justificada e aprovada pelo Conselho ou decorrente da possibilidade de apresentação de justificativa monocrática pelo Procurador do Estado ou de justificativa colegiada dos órgãos de execução programática (Procuradorias e Coordenadorias);</p> <p>XV - deliberar sobre a não propositura de ação rescisória expressamente solicitada por qualquer órgão da Administração Pública ou da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>XVI - após provocação de iniciativa de ao menos três de seus membros ou do Procurador-Geral, em votação por maioria de dois terços de seus membros, destituir o Corregedor-Geral;</p> <p>XVII - solicitar ao Corregedor-Geral a realização de monitoramentos, inspeções e correições, ordinárias e extraordinárias;</p> <p>XVIII - apreciar, anualmente, relatórios conclusivos das correições, bem como de outros procedimentos realizados pela Corregedoria-Geral;</p> <p>XIX - editar atos normativos visando ao aperfeiçoamento dos serviços da Procuradoria-Geral do Estado e da atividade dos servidores subordinados ou coordenados pelo Procurador-Geral;</p> <p>XX - deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria-Geral do Estado que lhe sejam submetidos pelo titular do órgão.</p>
Observações	
	5 natos / 4 eleitos

UF	PERNAMBUCO
Periodicidade	Trimestral
Composição	<p>Art. 44 -</p> <p>§ 1º Integram o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado:</p> <p>I - o Procurador Geral do Estado, que o presidirá;</p> <p>II - o Procurador Geral Adjunto do Estado, na qualidade de Vice-Presidente;</p> <p>III - o Corregedor Geral;</p> <p>IV - o Secretário Geral;</p> <p>V - os Procuradores Chefes das Procuradorias de que trata o art. 5º, inciso I, alíneas "d", "e", "f" e "g", da Lei Complementar nº 02, de 20 de agosto de 1990;</p> <p>VI - 1 (um) Procurador Chefe representante das Procuradorias Regionais, designado conforme estabelecido em resolução do Conselho;</p> <p>VII - 9 (nove) Procuradores do Estado e dois suplentes, indicados diretamente pelos integrantes da carreira mediante escrutínio secreto.</p>
Competências	<p>Art. 44 - São atribuições do Conselho:</p> <p>I - Pronunciar-se sobre matéria de interesse institucional que lhe seja encaminhada pelo Procurador Geral do Estado;</p> <p>II - Sugerir alterações na estrutura e na competência dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>III - Representar ao Procurador Geral do Estado sobre providências reclamadas pelo interesse público, referentes à Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>IV - Indicar 1/3 (um terço) da banca examinadora dos concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado, apreciar as reclamações e recursos, homologar os resultados e propor as nomeações;</p> <p>V - Julgar as reclamações e recursos contra a classificação nas listas de antiguidade;</p> <p>VI - Homologar a seleção de candidatos a estágio na Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>VII - Deliberar sobre medidas propostas pela Corregedoria-Geral.</p> <p>VIII - Convocar os Procuradores do Estado, obedecida a ordem de classificação obtida em concurso público, no prazo de 10 (dez) dias a contar da nomeação, para a escolha de vagas;</p> <p>IX - Proceder reunião solene em que os Procuradores do Estado serão empossados com as formalidades legais;</p> <p>X - Apreciar relatório do Corregedor Geral sobre a conduta funcional do Procurador do Estado nos três primeiros anos de exercício, decidindo sobre sua confirmação no cargo.</p> <p>XI - Processar as promoções dos Procuradores do Estado nas categorias da carreira, segundo os critérios alternativos de merecimento e antiguidade;</p> <p>XII - Remeter ao Governador do Estado, através do Procurador Geral do Estado, a lista, dos candidatos à promoção, indicando-se a quantidade de votos atribuídos a cada integrante do rol;</p> <p>XIII - Decidir sobre os afastamentos de Procurador do Estado para exercício de cargos ou funções em outros órgãos da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, excetuadas as hipóteses de afastamento automático para o exercício de cargo de Secretário de Estado, Secretário Adjunto de Estado, dirigente máximo de órgãos da administração indireta estadual ou de presidente da respectiva associação.</p> <p>XIV - Estabelecer procedimentos, sobre o exercício do poder disciplinar pelo Procurador</p>

	<p>Geral do Estado;</p> <p>XV - Representar fundamentadamente ao Procurador Geral do Estado pugnando pelo reexame de súmulas para uniformização da jurisprudência administrativa da Administração Estadual;</p> <p>XVI - Manifestar-se sobre a proposta do Procurador Geral do Estado de agravamento da pena, dos Procuradores do Estado, de censura para suspensão, nos casos de descumprimento de dever legal;</p> <p>XVII - Deliberar quanto à destinação dos recursos do Fundo Especial de Sucumbência Processual do Estado de Pernambuco;</p> <p>XVIII - Aprovar o entendimento jurídico que, na forma de parecer normativo, deverá uniformizar a jurisprudência administrativa objetivando a uniforme aplicação das normas jurídicas no âmbito da administração estadual, evitando controvérsias entre os seus órgãos e entidades;</p> <p>XIX - Editar as súmulas fixadoras da interpretação de normas constitucionais, legais e administrativas a ser uniformemente seguidas pelos órgãos e entidades da administração estadual;</p> <p>XX - Dirimir conflitos e divergências de natureza jurídica existentes entre órgãos e entidades da administração estadual.</p> <p>XXI - Opinar, sem efeito vinculante, mediante provocação do Procurador Geral do Estado, sobre aplicação de sanções disciplinares, para fins de cumprimento do disposto no artigo 44, inciso VII, da Lei Complementar Estadual número 2/1990.</p>
Observações	<p>As Procuradorias mencionadas no inciso V do artigo 44 da LOPGE são:</p> <p>d) Procuradoria do Contencioso</p> <p>e) Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador</p> <p>f) Procuradoria Consultiva</p> <p>g) Procuradoria da Fazenda Estadual</p>
	9 natos / 9 eleitos

UF	PIAUÍ
Periodicidade	
Composição	<p>Art. 9º O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado é integrado pelo Procurador-Geral, que o presidirá e terá, além do seu voto, o de qualidade; pelo Procurador-Geral Adjunto, pelo Corregedor e pelos Chefes das Procuradorias Especializadas e da Consultoria.</p>
Competências	<p>Art. 10 Compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado:</p> <p>I - pronunciar-se sobre qualquer matéria de interesse da Administração Estadual que lhe seja encaminhada pelo Procurador-Geral;</p> <p>II - sugerir ao Procurador-Geral e opinar sobre alterações na estrutura da Procuradoria-Geral e do Sistema Jurídico e nas respectivas atribuições;</p> <p>III - organizar listas triplices para promoção, por merecimento, na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>IV - representar ao Procurador-Geral sobre providências que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público ou pelas conveniências do serviço na Procuradoria-Geral e no Sistema Jurídico do Estado;</p> <p>V - manifestar-se previamente sobre a composição da comissão organizadora dos concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado e sobre a composição das bancas examinadoras, bem como decidir sobre as condições necessárias para a inscrição de candidatos em concurso ou sobre a contratação de instituição para a organização do concurso;</p> <p>VI - colaborar com o Procurador-Geral no exercício do poder disciplinar, relativo aos Procuradores do Estado, propondo-lhe, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;</p> <p>VII - sugerir à Corregedoria Geral a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar;</p> <p>VIII - apreciar em grau de recurso as deliberações decorrentes da Corregedoria Geral;</p> <p>IX - deliberar sobre:</p> <p>a) a não propositura ou a desistência de medida judicial, especialmente quando o valor do benefício pretendido não justifique a ação ou, quando do exame da prova, ficar evidenciada a improbabilidade de resultado favorável;</p> <p>b) a dispensa da interposição de recursos judiciais cabíveis, ou a desistência dos interpostos, especialmente quando contra-indicada a medida em face da jurisprudência dominante;</p> <p>c) a não execução de julgados quando a iniciativa for infrutífera, notadamente pela inexistência de bens do executado.</p> <p>X - decidir sobre os cumprimentos dos requisitos relativos ao estágio probatório dos Procuradores do Estado;</p> <p>XI - deliberar sobre a remoção de Procuradores do Estado, no interesse do serviço, observadas as disposições desta Lei;</p>

	XII - deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Procuradores do Estado nos casos previstos nesta Lei.
Observações	As Procuradorias Especializadas são: - Procuradoria Judicial - Procuradoria Tributária - Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente - Procuradoria de Fiscalização e Controle dos Atos Administrativos - Procuradoria de Licitações e Contratos - Procuradoria do Estado perante os Tribunais de Contas - Procuradoria dos Entes Vinculados
	10 natos / 0 eleitos

UF	RIO DE JANEIRO
Periodicidade	Mensal (salvo se não houver processo em pauta)
Composição	Art. 8º - O Conselho da Procuradoria Geral do Estado, órgão de assessoramento do Procurador-Geral do Estado e por este presidido, é integrado por ele, com voto próprio e de qualidade, e por onze Procuradores eleitos pelos demais em escrutínio direto e secreto, na forma prescrita por seu Regimento Interno.
Competências	Art. 2º - Compete ao Conselho da Procuradoria Geral do Estado: I - pronunciar-se sobre qualquer matéria ou questão que lhe seja encaminhada pelo Procurador-Geral; II - sugerir ao Procurador-Geral e opinar sobre alterações na estrutura da Procuradoria-Geral e do Sistema Jurídico e nas respectivas atribuições; III - deliberar sobre promoção por antiguidade e organizar e deliberar listas tríplices para promoção, por merecimento, na carreira de Procurador do Estado; IV - representar ao Procurador-Geral sobre providências que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público ou pelas conveniências do serviço na Procuradoria-Geral e no Sistema Jurídico do Estado; V - em relação aos concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado: a) manifestar-se previamente sobre a abertura do concurso; b) aprovar a composição da comissão organizadora e das bancas examinadoras; c) aprovar as condições necessárias para a inscrição de candidatos em concurso; VI - colaborar com o Procurador-Geral no exercício do poder disciplinar, relativo aos Procuradores do Estado e dos servidores da PGE, propondo-lhe, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares; VII - instruir e dar curso, até final, à sindicância e ao processo administrativo disciplinar; VIII - aprovar, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, deliberação acerca de afastamento do critério objetivo de lotação, conforme determinado no inciso III do art. 5º da Resolução nº 2.554/2008; IX - apreciar os relatórios elaborados pela comissão de supervisão do estágio confirmatório na carreira de Procurador do Estado e servidores da Procuradoria Geral do Estado, deliberando sobre os requisitos exigidos para a confirmação do cargo; X - promover a pedido ou "ex-officio", o desagravo de Procurador do Estado que tenha sido afrontado ou desrespeitado no exercício regular de suas funções, sem prejuízo de outras medidas que recomendar a espécie; XI - apreciar os pedidos de afastamento de Procurador do Estado, mediante licença específica, nos termos de resolução editada pelo Procurador-Geral; XII - aprovar, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, alterações de seu Regimento.
Observações	
	1 nato / 11 eleitos

UF	RIO GRANDE DO NORTE
Periodicidade	Quinzenal
Composição	Art. 14. Parágrafo único. O referido Órgão, com regimento interno próprio, é presidido pelo Procurador-Geral do Estado e composto, exclusivamente, por Procuradores do Estado em atividade, segundo os preceitos desta Lei Complementar, tendo a seguinte composição: I) Procurador-Geral do Estado; II) Procurador-Geral do Estado Adjunto; III) Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Norte; IV) Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado; V) um representante da carreira de Procurador do Estado, escolhido em votação direta e secreta;

	VI) dois representantes da carreira de Procurador do Estado, de livre escolha do Procurador-Geral do Estado.
Competências	<p>Art. 17 . Compete ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado:</p> <p>I - estabelecer as diretrizes da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>II - estabelecer regras, critérios e princípios para a realização de concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado, observado o disposto nesta Lei Complementar;</p> <p>III - designar os Procuradores do Estado que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira de Procurador do Estado;</p> <p>IV - homologar o resultado do concurso público para os cargos da carreira de Procurador do Estado, bem como prorrogar a validade do certame;</p> <p>V - confirmar, ou não, na carreira, após estágio probatório, os Procuradores do Estado;</p> <p>VI - propor ao Governador do Estado, quando for o caso, a exoneração de Procuradores do Estado, em estágio probatório;</p> <p>VII - deliberar sobre matérias de interesse da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>VIII - dirimir os conflitos de atribuições entre os órgãos da Procuradoria Geral do Estado, quando suscitadas por Procuradores do Estado;</p> <p>IX - recomendar a adoção de providências reclamadas pelo interesse público e coletivo, a cargo da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>X - homologar, no todo ou em parte, as decisões da Câmara de Ética e de Disciplina, quanto à aplicação de penas disciplinares e concessão de elogios aos Procuradores do Estado;</p> <p>XI - deliberar nos processos de natureza disciplinar, nas hipóteses previstas nesta Lei Complementar;</p> <p>XII - recomendar ao Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado a instauração de processos disciplinares;</p> <p>XIII - elaborar o seu Regimento Interno e ainda revogar ou anular as suas próprias decisões;</p> <p>XIV - estabelecer as normas de seleção e ingresso de estagiários na Procuradoria Geral do Estado e homologar o resultado do seu processo seletivo;</p> <p>XV - homologar os regimentos dos órgãos colegiados internos;</p> <p>XVI - receber em sessão solene o compromisso de posse dos Procuradores do Estado e dos seus próprios membros, conforme dispuser o seu Regimento;</p> <p>XVII - conferir a Medalha do Mérito, da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do seu Regimento;</p> <p>XVIII - estabelecer o padrão dos símbolos da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>XIX - elaborar a relação dos Procuradores do Estado para fins de promoção por merecimento e encaminhá-la ao Governador do Estado, com vistas à homologação e efetivação do ato;</p> <p>XX - zelar pela ordem de antigüidade funcional dos Procuradores do Estado e decidir sobre as eventuais impugnações formuladas a esse respeito;</p> <p>XXI - exercer outras atribuições previstas em lei.</p>
Observações	
	5 natos / 1 eleito / 1 da Associação

UF	RIO GRANDE DO SUL
Periodicidade	Semanal
Composição	<p>Art. 24 - Ao Conselho Superior, presidido pelo Procurador-Geral do Estado, e integrado pelo Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, pelo Corregedor-Geral e, ainda, por mais 15 (quinze) Procuradores do Estado, de todas as classes da carreira, nomeados pelo Governador do Estado, sendo 6 (seis) mediante indicação do Procurador-Geral do Estado e 9 (nove) mediante indicação dos Procuradores do Estado em atividade, compete:</p>
Competências	<p>Art. 24 - Ao Conselho Superior, (...), compete:</p> <p>I - designar a comissão de avaliação especial de desempenho de estágio probatório dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, que contará com representação obrigatória da Corregedoria-Geral, emitindo juízo de mérito administrativo acerca da conveniência de confirmação na carreira;</p> <p>II - elaborar as listas tríplex dos Procuradores do Estado concorrentes à promoção por merecimento, bem como organizar as listas de antigüidade dos Procuradores do Estado, processando e julgando os recursos quanto à classificação;</p> <p>III - propor ao Procurador-Geral do Estado a elaboração ou reexame de súmulas para a uniformização da jurisprudência administrativa do Estado;</p> <p>IV - deliberar sobre o exercício, pela Procuradoria-Geral do Estado, da representação judicial de entidades da administração indireta na hipótese do § 2º do artigo 2º;</p> <p>V - pronunciar-se nos processos administrativo-disciplinares em que Procurador do Estado figure como indiciado, após o relatório e antes do julgamento;</p> <p>VI - pronunciar-se a respeito da conveniência do exercício de Procurador do Estado em</p>

	<p>funções fora do Sistema de Advocacia de Estado;</p> <p>VII - pronunciar-se a respeito da concessão de licença para qualificação profissional, nos termos da regulamentação própria;</p> <p>VIII - revisar seus pronunciamentos e também pronunciamentos de órgão da Procuradoria-Geral do Estado, estes em matéria considerada relevante pelo Procurador-Geral do Estado, inclusive propondo parecer normativo, se for o caso;</p> <p>IX - revisar pronunciamentos divergentes sobre a mesma matéria, com a finalidade de assegurar a unicidade na orientação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>X - propor, independentemente da iniciativa de outras autoridades, a instauração de sindicâncias e processos administrativo-disciplinares para a apuração de irregularidades que envolvam integrantes da carreira de Procurador do Estado;</p> <p>XI - pronunciar-se acerca da conveniência de designação de advogado não integrante da carreira de Procurador do Estado para exercer a coordenação dos serviços de natureza jurídica nos órgãos integrantes do Sistema de Advocacia de Estado;</p> <p>XII - deliberar sobre o arquivamento de representações alusivas à prática de irregularidades formuladas em procedimento de controle da legalidade;</p> <p>XIII - examinar matérias de interesse do Estado, da Procuradoria-Geral do Estado ou concernentes à carreira de Procurador do Estado, propondo as medidas necessárias à defesa do interesse público;</p> <p>XIV - pronunciar-se sobre as alterações da estrutura da Procuradoria-Geral do Estado, inclusive distribuição de competências;</p> <p>XV - pronunciar-se acerca da relotação de cargo de Procurador do Estado provido;</p> <p>XVI - pronunciar-se sobre a designação de Procurador do Estado para ter exercício em órgão diverso daquele de sua lotação;</p> <p>XVII - pronunciar-se acerca da remoção "ex-offício" de Procurador do Estado;</p> <p>XVIII - promover desagravo de Procurador do Estado;</p> <p>XIX - elaborar seu regimento.</p>
Observações	
	9 natos / 9 eleitos

UF	RONDONIA
Periodicidade	Bimestral
Composição	Art. 15. O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, órgão deliberativo e supervisor das atividades da Instituição e de cada um de seus integrantes, será composto pelo Procurador Geral, que o presidirá, pelo Procurador Geral Adjunto, pelo Corregedor Geral, pelo Presidente da Associação dos Procuradores do Estado, na qualidade de membros natos, e por mais sete membros da Classe Especial eleitos pelos pares através de escrutínio secreto para um mandato de 2 (dois) anos.
Competências	<p>Art. 16. Compete ao Conselho Superior:</p> <p>I – exercer poder normativo para elaborar e aprovar:</p> <p>a) seu regimento interno;</p> <p>b) as normas e instruções do concurso para ingresso na carreira; e</p> <p>c) as normas sobre procedimentos em matéria de sua competência;</p> <p>II – deliberar sobre matéria que lhe seja submetida pelo Procurador Geral;</p> <p>III – dirimir conflito positivo ou negativo de atribuições entre unidades da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia e referendar deliberações desse conteúdo tomadas pelo Procurador Geral em regime de urgência;</p> <p>IV – opinar sobre os pedidos de reversão de Procurador do Estado de Rondônia;</p> <p>V – deliberar sobre proposta do Centro de Estudos de elaboração ou reexame de súmulas para uniformização de súmula administrativa do Estado de Rondônia;</p> <p>VI – deliberar a promoção por merecimento, dentre os 2/5 (dois quintos) dos Procuradores mais antigos da classe imediatamente inferior àquela cuja vaga será preenchida;</p> <p>VII – deliberar sobre a realização de concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado e escolher os Procuradores estáveis que integrarão a comissão de concurso para ingresso na carreira;</p> <p>VIII – sugerir ao Procurador Geral do Estado a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, às unidades da Procuradoria para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;</p> <p>IX – convocar Procurador do Estado de Rondônia para prestar esclarecimento sobre fato determinado ou assuntos de interesse da Instituição, independentemente das atribuições afetas à Corregedoria Geral;</p> <p>X – opinar, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do pedido de licença para qualificação profissional, observada a conveniência e interesse do curso para a Administração Pública;</p> <p>XI – manifestar-se, previamente e em caráter vinculante, sobre pedidos de afastamento para trato de interesse particular de integrantes da carreira e suas renovações anuais, ressalvados os casos previstos nesta Lei Complementar;</p>

	<p>XII – manifestar-se, obrigatoriamente, em quaisquer outras propostas de alteração na estrutura, organização e atribuições da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>XIII – deliberar sobre proposta do Procurador Geral do Estado para criação de novas unidades ou órgãos da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>XIV – julgar os processos administrativos disciplinares instaurados contra Procuradores do Estado, encaminhando ao Procurador Geral a deliberação adotada no julgamento, para aplicação de penalidade ou arquivamento por absolvição, ressalvados os casos de competência do Governador;</p> <p>XV – julgar os pedidos de reconsideração de suas decisões e revisão de processo administrativo disciplinar em que haja proferido decisão;</p> <p>XVI – apreciar, quando requisitado, pedido do Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar acerca do afastamento preventivo, sem prejuízo dos vencimentos, de Procurador do Estado de Rondônia que responda a processo administrativo disciplinar, bem como acerca do seu retorno às funções;</p> <p>XVII – deliberar, em grau de recurso, sobre a exoneração de Procurador do Estado julgado inapto no estágio probatório, bem como sobre a demissão de Procurador do Estado estável em processo administrativo disciplinar decorrente de avaliação periódica de desempenho, encaminhando cópia da decisão ao Procurador Geral para efetivação desta através de ato próprio junto ao Governador;</p> <p>XVIII – opinar, previamente ao julgamento do Governador do Estado de Rondônia, nos processos administrativos disciplinares com proposta de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade dos Procuradores do Estado;</p> <p>XIX – apreciar relatório referente ao processo administrativo por abandono de cargo;</p> <p>XX - opinar nos processos de revisão de processo administrativo disciplinar dos Procuradores, julgados pelo Governador do Estado de Rondônia; e</p> <p>XXI – deliberar, previamente, acerca da celebração de Termos de Ajustamento de Condutas propostos pelo Estado de Rondônia</p>
Observações	
	3 natos / 7 eleitos / 1 da Associação

UF	RORAIMA
Periodicidade	Mensal
Composição	Art. 6º O Conselho de Procuradores será composto pelo Procurador-Geral do Estado, que o presidirá, pelo Procurador-Geral Adjunto, que funcionará como Secretário, pelos Coordenadores, sendo estes membros permanentes do Conselho, e por mais cinco Conselheiros temporários, integrantes da carreira de Procurador do Estado.
Competências	<p>Art. 9º Compete ao Conselho de Procuradores, além do contido no § 1º do art. 7º, na forma do seu Regimento Interno:</p> <p>I - aplicar punição aos membros da Procuradoria, salvo a de demissão, após parecer conclusivo do Corregedor;</p> <p>II - determinar o encaminhamento de processo administrativo disciplinar ao Governador do Estado, quando houver sugestão de pena de demissão de membro da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>III - avaliar o estágio probatório dos membros da carreira de Procurador do Estado, após parecer conclusivo do Corregedor;</p> <p>IV - conceder licença para qualificação profissional dos membros da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da regulamentação própria;</p> <p>V - decidir sobre outras matérias de interesse da Procuradoria-Geral do Estado e dos Procuradores do Estado, na forma e hipóteses do Regimento Interno;</p> <p>VI - aprovar o edital do Concurso Público de Procurador do Estado, determinando as matérias e o respectivo conteúdo programático das provas;</p> <p>VII - organizar a composição de banca examinadora para o concurso de Procurador do Estado;</p> <p>VIII - elaborar, aprovar e alterar o seu próprio Regimento Interno, por maioria absoluta de seus membros;</p> <p>IX - analisar e julgar os pedidos de revisão.</p>
Observações	São 5 Coordenadorias: Coordenadoria de Pessoal; Coordenadoria Administrativa; Coordenadoria de Brasília; Coordenadoria Judicial; Coordenadoria Fiscal
	5 natos / 5 eleitos

UF	SANTA CATARINA
Periodicidade	Bimestral
Composição	<p>Art. 16. São membros não-eleitos:</p> <p>I - o Procurador-Geral do Estado;</p> <p>II - o Subprocurador-Geral do Contencioso;</p> <p>III - o Subprocurador-Geral Administrativo;</p>

	<p>IV - o Corregedor-Geral;</p> <p>V - o Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso;</p> <p>VI - o Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal;</p> <p>VII - o Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica; e</p> <p>VIII - o Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina</p> <p>Art. 17. São membros eleitos:</p> <p>I - dois membros da classe final da carreira de Procurador do Estado; e</p> <p>II - um integrante das demais classes.</p>
Competências	<p>Art. 20. Compete ao Conselho Superior:</p> <p>I - elaborar e aprovar seu regimento interno;</p> <p>II - examinar matérias de interesse do Estado, da Procuradoria Geral do Estado concernentes à carreira de Procurador do Estado, propondo as medidas necessárias à defesa do interesse público e ao aperfeiçoamento institucional;</p> <p>III - apreciar o relatório apresentado pelo Corregedor-Geral a propósito do estágio probatório dos Procuradores do Estado e emitir juízo de mérito administrativo sobre a conveniência ou não da confirmação na carreira;</p> <p>IV - pronunciar-se antes da instauração de processo administrativo disciplinar em que Procurador do Estado figure como indiciado, bem como antes do julgamento;</p> <p>V - opinar sobre a conveniência da concessão de licença para qualificação profissional titular do cargo de Procurador do Estado;</p> <p>VI - analisar e manifestar-se sobre:</p> <p>a) pronunciamento de órgão da Procuradoria Geral do Estado, em matéria considerada relevante pelo Procurador-Geral do Estado; e</p> <p>b) pronunciamentos divergentes a respeito da mesma matéria, com o fim de assegurar a uniformidade da orientação jurídica;</p> <p>VII - pronunciar-se sobre a realização de acordos judiciais e administrativos, bem como o reconhecimento de direitos;</p> <p>VIII - propor a instauração de sindicância para apuração de possíveis irregularidades praticadas por Procuradores do Estado;</p> <p>IX - aprovar ou rejeitar proposta de movimentação a pedido ou de ofício de Procurador do Estado de um órgão de execução central para outro;</p> <p>X - decidir nas hipóteses de dois ou mais Procuradores interessados na movimentação a pedido de um órgão de execução central para outro;</p> <p>XI - julgar recurso interposto por Procurador do Estado contra penalidade aplicada pelo Procurador-Geral do Estado em processo administrativo disciplinar; e</p> <p>XII - decidir sobre a concessão da medalha "Conselheiro Mafra" aos indicados conforme regulamento.</p>
Observações	
	7 natos / 3 eleitos / 1 da Associação

UF	SERGIPE
Periodicidade	Mensal
Composição	<p>Art. 10 - O Conselho Superior da Advocacia-Geral do Estado é integrado pelo Procurador-Geral do Estado, que o preside, pelo Subprocurador-Geral do Estado, pelo Corregedor-Geral e ainda por dois Procuradores do Estado Titulares e dois Suplentes, eleitos pelos integrantes da categoria para mandato de dois anos, vedada a recondução por mais de uma vez, cujos membros não perceberão jeton ou gratificação de presença pela participação no mesmo conselho.</p>
Competências	<p>Art. 9º. - São atribuições do Conselho Superior da Advocacia-Geral do Estado:</p> <p>I - propor ao Procurador-Geral do Estado, a adoção de providências reclamadas pelo interesse público e concernentes ao aperfeiçoamento das atividades operativas da Advocacia-Geral do Estado;</p> <p>II - pronunciar-se sobre matérias de caráter institucional, mediante proposição do Procurador-Geral do Estado;</p> <p>III - manifestar-se nos processos referentes à promoção, remoção, permuta, reintegração, reversão, aproveitamento e demissão de Procurador do Estado, dirimindo dúvidas ou controvérsias quanto a conflito de interesses, cabendo ao Procurador-Geral do Estado a decisão final;</p> <p>IV - opinar sobre a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, no âmbito da Advocacia-Geral do Estado;</p> <p>V - propor correções extraordinárias;</p> <p>VI - manifestar-se sobre o desempenho de Procuradores do Estado, no cumprimento de estágio probatório;</p> <p>VII - manifestar-se sobre o relatório anual da Procuradoria-Geral do Estado;</p> <p>VIII - propor listas para promoção por merecimento e homologar às relativas a promoção por antiguidade;</p> <p>IX - opinar, em grau de recurso, sobre pedidos de reconsideração de atos praticados pelo Procurador-Geral do Estado e pelo Subprocurador-Geral do Estado, pelo</p>

	Corregedor-Geral e pelos Procuradores-Chefes de Procuradorias Especializadas; X - recomendar ao Procurador-Geral do Estado o afastamento, a sindicância ou processo administrativo disciplinar, entendendo oportuna a medida por conveniência da instrução; XI - propor sobre casos omissos na legislação regente das atividades da Advocacia-Geral do Estado; XII - sumular a jurisprudência administrativa.
Observações	
	3 natos / 2 eleitos

UF	TOCANTINS
Periodicidade	
Composição	Art. 2º. O Conselho dos Procuradores é a unidade colegiada, com a seguinte composição: I - membros natos: a) o Procurador-Geral do Estado, que o presidirá; b) o Subprocurador-Geral; c) o Corregedor; d) os titulares das Subprocuradorias das Unidades de Direção e Assessoramento Superior e de Execução Finalística e o titular da Unidade de Apoio Administrativo; II - membros eleitos: um representante de cada nível da carreira de Procurador do Estado, escolhidos por seus pares a cada dois anos.
Competências	Art. 3º. Cabe ao Conselho dos Procuradores: I - manifestar-se sobre qualquer matéria ou questão que lhe seja encaminhada pelo seu Presidente; II - aferir, por avaliação e para efeito de promoção, o desempenho dos Procuradores, fixando critérios objetivos para este fim; III - opinar, se solicitado pelo Presidente, sobre alterações na estrutura da Procuradoria-Geral e respectivas competências; IV - opinar sobre a criação, a transformação, a ampliação, a fusão e a extinção de unidades administrativas; V - apreciar e julgar, em grau de recurso, pedidos de reconsideração em face de decisões tomadas pelo Procurador-Geral, pertinentes a direitos, vantagens e prerrogativas da carreira de Procurador do Estado.
Observações	1) São unidades de direção e assessoramento superior: a) Subprocuradoria de Consultoria Especial; b) Subprocuradoria do Centro de Estudos. 2) São unidades de execução finalística: a) Subprocuradoria Judicial; b) Subprocuradoria Fiscal e Tributária; c) Subprocuradoria Administrativa; d) Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário; e) Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas; f) revogado; g) Subprocuradoria do Estado do Tocantins em Brasília (sem assento no Conselho). 3) A carreira de Procurador do Estado é dividida em 4 níveis (I a IV)
	10 natos / 4 eleitos